



BARBACENA, SEXTA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 2017

## PODER EXECUTIVO

Prefeito: *Luís Álvaro Abrantes Campos*

## SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAN

Secretário: *Aderbal Neves Calmeto*

### EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS

Extrato Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Veículos e Prestação de Serviços Nº 041/2013. Contratante: Município de Barbacena - CNPJ nº 17.095.043/0001-09, através da Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Cultura - SEDEC. Contratado: MAURÍCIO JOSÉ DE SOUZA, CPF nº 454.933.246-87. Processo Licitatório nº 059/2013 - Pregão Presencial nº 027/2013. Objeto: Alterar o item 4.1 da "Cláusula Quarta - Do Pagamento", a "Cláusula Quinta - Da Dotação Orçamentária", bem como prorrogar o prazo de vigência constante da "Cláusula Dezesseis - Do Prazo de Vigência", do instrumento originário, ficando prorrogado por mais 12 (doze) meses. Data de assinatura: 19/06/2017. Nome das partes que assinam: Luís Álvaro Abrantes Campos (Prefeito Municipal), Luiz Carlos Rocha de Paula (Secretário Municipal de Educação, Desporto e Cultura - SEDEC), e Maurício José de Souza (Contratado).

Extrato Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Veículos e Prestação de Serviços Nº 042/2013. Contratante: Município de Barbacena - CNPJ nº 17.095.043/0001-09, através da Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Cultura - SEDEC. Contratado: WANDER DO NASCIMENTO, CPF nº 025.507.996-66. Processo Licitatório nº 059/2013 - Pregão Presencial nº 027/2013. Objeto: Alterar o item 4.1 da "Cláusula Quarta - Do Pagamento", a "Cláusula Quinta - Da Dotação Orçamentária", bem como prorrogar o prazo de vigência constante da "Cláusula Dezesseis - Do Prazo de Vigência", do instrumento originário, ficando prorrogado por mais 12 (doze) meses. Data de assinatura: 19/06/2017. Nome das partes que assinam: Luís Álvaro Abrantes Campos (Prefeito Municipal), Luiz Carlos Rocha de Paula (Secretário Municipal de Educação, Desporto e Cultura - SEDEC), e Wander do Nascimento (Contratado).

Extrato Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Veículos e Prestação de Serviços Nº 044/2013. Contratante: Município de Barbacena - CNPJ nº 17.095.043/0001-09, através da Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Cultura - SEDEC. Contratado: ELOISIO APARECIDO DAMASCENO, CPF nº 042.270.046-08. Processo Licitatório nº 059/2013 - Pregão Presencial nº 027/2013. Objeto: Alterar o item 4.1 da "Cláusula Quarta - Do Pagamento", a "Cláusula Quinta - Da Dotação Orçamentária", bem como prorrogar o prazo de vigência constante da "Cláusula Dezesseis - Do Prazo de Vigência", do instrumento originário, ficando prorrogado por mais 12 (doze) meses. Data de assinatura: 19/06/2017. Nome das partes que assinam: Luís Álvaro Abrantes Campos (Prefeito Municipal), Luiz Carlos Rocha de Paula (Secretário Municipal de Educação, Desporto e Cultura - SEDEC), e Eloisio Aparecido Damasceno (Contratado).

Extrato Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Veículos e Prestação de Serviços Nº 045/2013. Contratante: Município de Barbacena - CNPJ nº 17.095.043/0001-09, através da Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Cultura - SEDEC. Contratado: JOSÉ VALÉRIO DE MEDEIROS, CPF nº 013.331.526-63. Processo Licitatório nº 059/2013 - Pregão Presencial nº 027/2013. Objeto: Alterar o item 4.1 da "Cláusula Quarta - Do Pagamento", a "Cláusula Quinta - Da Dotação Orçamentária", bem como prorrogar o prazo de vigência constante da "Cláusula Dezesseis - Do Prazo de Vigência", do instrumento originário, ficando prorrogado por mais 12 (doze) meses. Data de assis-

natura: 19/06/2017. Nome das partes que assinam: Luís Álvaro Abrantes Campos (Prefeito Municipal), Luiz Carlos Rocha de Paula (Secretário Municipal de Educação, Desporto e Cultura - SEDEC), e José Valério de Medeiros (Contratado).

Extrato Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Veículos e Prestação de Serviços Nº 046/2013. Contratante: Município de Barbacena - CNPJ nº 17.095.043/0001-09, através da Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Cultura - SEDEC. Contratado: CARLOS ALEXANDRE DA SILVA, CPF nº 963.156.366-91. Processo Licitatório nº 059/2013 - Pregão Presencial nº 027/2013. Objeto: Alterar o item 4.1 da "Cláusula Quarta - Do Pagamento", a "Cláusula Quinta - Da Dotação Orçamentária", bem como prorrogar o prazo de vigência constante da "Cláusula Dezesseis - Do Prazo de Vigência", do instrumento originário, ficando prorrogado por mais 12 (doze) meses. Data de assinatura: 19/06/2017. Nome das partes que assinam: Luís Álvaro Abrantes Campos (Prefeito Municipal), Luiz Carlos Rocha de Paula (Secretário Municipal de Educação, Desporto e Cultura - SEDEC), e Carlos Alexandre da Silva (Contratado).

Publique-se na forma da lei  
Cacilda de Araújo Silva  
Secretária Municipal de Governo

## SISTEMA MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR - SIMPAS

Diretor: *Leandro Lombardi Campos*

### EXTRATO DE PORTARIA

Mário César Tavares Ladeira, Diretor do Sistema Municipal de Previdência e Assistência ao Servidor - SIMPAS, nomeado através da portaria nº 15088 em conformidade com a seção III artigo 7º da lei delegada nº 57 de 13 de maio de 2013, em pleno exercício de seu cargo e no uso de suas atribuições, RESOLVE:

PORTARIA 17/2016 - Conceder pensão por morte, de acordo com o art. 40 § 7º, inciso II da CF/88 com redação dada pela EC 41/03 e art. 229, I, a, da lei municipal nº 3.245/95, ao beneficiário José Augusto Silva de Sá, CPF 765.410.456.15, cônjuge da ex-servidora Giovana Sfredo Santiago, CPF 751.327.886-53, matrícula 8166, conforme parecer nº 509/2016 exarado pela Consultoria Geral do Município de Barbacena, com efeito retroativo à data do óbito em 05/06/2016. Barbacena, 22 de junho de 2016. Mário César Tavares Ladeira - Diretor do SIMPAS. (República por incorreção).

Publique-se na forma da lei  
Cacilda de Araújo Silva  
Secretária Municipal de Governo

## CONSELHOS MUNICIPAIS

### CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS

Presidente: *Carmen Lúcia Werneck*

### EXTRATO DE ATAS

ATA da Audiência Pública de Prestação de Contas do 1º Quadrimestre - 31/05/2017 - Ata sem número do Conselho Municipal de Saúde de Barbacena. O trigésimo primeiro dia do mês de maio de dois mil e dezessete, às dezessete horas na Câmara Municipal de Barbacena, Avenida dos Andradas, 112, centro, teve início a Prestação de Contas do 1º Quadrimestre/2017 pelo Secretário de Saúde e Programas Sociais Dr. José Orleans da Costa para apreciação, participação e aprovação da maioria dos Conselheiros na presença dos Vereadores da Câmara Municipal de Barbacena. Justificaram ausência Floripes Rosa de Souza. O presidente da Câmara fez a leitura da Lei 141/2012 que

trata da Prestação de Contas Quadrimestrais pelo gestor na Casa Legislativa. Em seguida, passou a palavra para o Secretário de Saúde, Dr. José Orleans da Costa. Dr. Orleans iniciou falando sobre: Receitas/Despesas referente ao Fundo Municipal de Saúde 1º quadrimestre 2017; Destacou alguns pontos importantes: disse que no país inteiro há redução de recursos, que Belo Horizonte tem fechado leitos, questão que independe do gestor. Disse que há um aumento da demanda social além do congelamento do recurso por vinte anos e que todos estão numa situação financeira grave. Ressaltou que os hospitais têm que reduzir custos. Falou que a Farmácia Popular está fadada a ser fechada porque vão cortar recurso e que irá repassar para a GRS a questão da Farmácia de Alto Custo, porque é obrigação do Estado. Disse que todos os processos fora da Tabela SUS estão suspensos no Brasil todo. Falou que havia abuso no pedido de exames e informou que irá proibir a transcrição de consulta particular para o SUS, baixando uma portaria. Disse que não tem como manter os médicos no SUSFácil em Barbacena e que irá pedir a gestão para o município gerenciá-lo. Sobre o CHPB, disse que não irá assumir se não tiver recurso a mais. Falou sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, onde houve ocupação irregular e que outra empresa aceitou fazer outro projeto. Sobre as Obras da Saúde informou que há um impasse técnico sobre a planilha feita pela equipe anterior e a nova equipe da gestão de obras. Disse que cinco obras estão paradas porque a empresa faliu e a segunda empresa que ganhou a licitação foi chamada e ainda não deu resposta se irá fazer. Ressaltou que apenas o Bunker do Hospital Ibiapaba tem previsão de terminar a obra em junho de 2018. Falou sobre o Restaurante popular, que existem muitas normas técnicas para se abrir este tipo de restaurante e cuja previsão orçamentária está entre oitocentos mil reais a um milhão e trezentos mil reais. Disse que para viabilizar a abertura do restaurante popular não há recurso público para o custo; teriam que atualizar o Código Sanitário para conseguirem alimento de qualidade. Ressaltou que já agendou reunião para ver sobre a LC 123/2006. Prosseguiu com a apresentação falando sobre: Saldos e ações das Portarias 1073; Convênios celebrados com o Município através do Fundo Municipal de Saúde e as Entidades - Disse que já estão pensando em como será a gestão do Núcleo do Câncer. ABPA (convênio 46) - falou que ainda existem notas pendentes e que não vão liberar recurso enquanto não fizerem a prestação de contas do recurso rigorosamente. ALIAR - informou que irão renovar o convênio. Instituto Primeiro Quilombo - informou que será publicada a pesquisa e que os resultados são alarmantes e mostram quem está em desamparo. Ressaltou que a pesquisa aponta uma carência de infraestrutura na cidade. ABPA (convênio 33) - disse que o prazo final é de outubro de 2017. Programas Sociais 3º Quadrimestre 2016 - afirmou que não irão fazer higienização urbana e terão que reintegrar. Blocos Financeiros - informou que têm dois CRAS e, se não for colocado 5% do orçamento da prefeitura no Social, não terão como abrir mais dois CRAS. Repasses - Ressaltou que passam o ano todo sem nada de recurso para o social. Recursos Humanos - Apresentou o quadro de servidores sendo 536 (quinhentos e trinta e seis) contratados, 305 (trezentos e cinco) efetivos e 20 (vinte) comissionados na Saúde e 73 (setenta e três) contratados, 23 (vinte e três) efetivos e 06 (seis) comissionados no Social, destacando a nomeação de 61 (sessenta e um) servidores do Concurso Público: 60 (sessenta) na Saúde e 1 (um) no Social. Apresentou o Valor Financeiro das Folhas. AÇÕES do 1º quadrimestre: falou que pela Emenda Parlamentar nº 19280003 do Deputado Bonifácio Andrada, foi disponibilizado um recurso para aquisição de equipamentos e materiais permanentes. Com o recurso, dividiram os hospitais por especialidades. Ressaltou que os hospitais estariam "mortos" se o recurso não tivesse chegado. Apresentou planilha discriminando as aquisições e a distribuição por hospital. VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA - VIEP - Apresentou vários gráficos dando destaque para a redução significativa dos óbitos fetais. Informou que estão recom-



## BARBACENA, SEXTA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 2017

pondo o CEREST e com um novo médico no CTA. **ATENÇÃO PRIMÁRIA** - falou que o volume de atendimento na cidade é muito grande e que irão treinar as equipes. Farão o prontuário eletrônico e já implantaram o Laudo Online. **REGULAÇÃO E PLANEJAMENTO ASSISTENCIAL** - Apresentou vários gráficos discriminando para onde vai o recurso na área hospitalar de Barbacena: Santa Casa - explicou que o incentivo federal foi aumentado ao longo do tempo. Ressaltou que todo ano o SUS põe em torno de dois milhões de recurso na Santa Casa e um milhão e meio no Hospital Ibiapaba. No IMAIP e no Hospital Regional o recurso maior é federal. Informou que a tendência é do CHPB acabar. Ressaltou que estão pagando a mais e, se não for remanejado o teto da PPI, terão restrição em Barbacena, especialmente na cardiologia, porque não há recurso sobrando. Disse que estão com dois médicos que irão fazer as cirurgias em oncologia em Barbacena e que trouxeram um médico de fora porque os da cidade não querem fazer pelo SUS. Finalizou citando as **INTERNAÇÕES POR CAUSAS SENSÍVEIS**. O Presidente da Câmara passou a palavra para o vereador Milton Roman. O vereador disse que aquela Audiência Pública não era de prestação de Contas e que não tinha prestação de contas ali na Câmara; que os vereadores não estavam aprovando as contas. Questionou sobre a Prestação de Contas está sendo votada naquela Audiência Pública. Disse que recebeu por e-mail da SESAPS a apresentação da Prestação de Contas e que era humanamente impossível analisá-la de um dia para outro. Disse que se o Conselho estava fazendo aquilo, estava errado, e que caberia denúncia sobre o Conselho Municipal de Saúde. Falou que já foi do Conselho Municipal de Saúde e sabia do que estava falando. Disse que não estava falando que o Secretário de Saúde estava fazendo algo errado, mas que, no passado, houve uso de verbas da Atenção Básica e outros. Disse que pode ter usado sem o dolo. Falou para os Conselheiros terem muito cuidado, que eles são gestores da saúde e da assistência social. Disse que viu a última prestação de contas ser aprovada na Câmara, e que foi questionado depois, que não receberam a prestação de contas em tempo hábil. Disse que teria que ter um contador para ajudar os Conselheiros a analisar a prestação lá no Conselho e não naquele dia. Disse que queria que um conselheiro fosse à frente e desse todas as explicações sobre as contas, se estavam corretas, se estavam incorretas. Disse que alguns vereadores tinham outro compromisso naquele horário e que ele teria que sair devido a uma reunião na Colônia Rodrigo Silva. Questionou sobre os cento e setenta mil reais para a realização da pesquisa, os valores e os métodos. Disse que fizeram uma pesquisa parecida no ano passado usando a universidade e indagou porque não foi usado o IFET e a UEMG, com os alunos estagiários. Disse que estão tendo um problema sério, que o Prefeito falou que não sabe o que vai fazer com o SIMPAS, que a prefeitura em dois anos estará quebrada e que iriam aposentar em torno de quatrocentos a quinhentos funcionários. Disse que havia excedentes que passaram no concurso e questionou porque não foram chamados. Disse que a questão do SIMPAS é uma questão muito séria em Barbacena. Questionou sobre vários exames de oftalmologia no TFD que estão parados e sobre a demanda zero em algumas especialidades. Disse que teriam que verificar se realmente é o que está acontecendo, pois na prestação estava zero. Disse que têm que ir ao setor para ver e os conselheiros de saúde também. Disse que não viu cirurgias realizadas. Questionou se o conselho achava que tinha condições de aprovar naquele dia. Sugeriu que as prestações de contas sejam às 14 horas. Disse que não dava pra prestar contas do jeito que estava. Ressaltou que a Câmara Municipal não estava aprovando nada, e solicitou que fosse registrado em ata. Disse que irão aprovar as contas quando for pra eles aprovarem. Disse que aquilo dava transparência para a nação. Disse que estava falando para os Conselheiros que estavam ali e que não era daquela forma que se aprova contas. Ressaltou que tem que ser parceiros, que o conselho é parceiro com o gestor, mas que não poderia ser omissos. Ressaltou que era

para prestarem atenção no que ele estava falando, que tinha muita coisa para ser analisada pelo conselho. Falou novamente que a fila de pneumologia estava zero. Citou o caso de uma paciente que foi para Santa Casa com sangramento, que poderia ser um aborto, e que esse assunto foi abordado no dia anterior. Disse que Marilene e Dr. Cláudio fizeram alguns esclarecimentos. Finalizou ressaltando que não estavam aprovando contas nenhuma e que tinha que ir embora devido a um compromisso. A palavra foi dada ao Secretário de Saúde Dr. Orleans que disse que não aceitava que o vereador Milton Roman se retirasse. O vereador Milton Roman e disse que não era moleque e que estava dentro da sua casa. Os presentes falaram que aquela era a casa do povo. Houve discussão na plenária da Câmara. O presidente da Câmara, Sr. Odair José Ferreira, disse que teria que encerrar a sessão por não haver condições. Houve protesto dos presentes. O presidente da Câmara disse que iria suspender a sessão por cinco minutos. Dr. Orleans disse que, da mesma forma que o vereador teve o direito de questionar ele, como gestor, teria o direito de responder. O presidente da Câmara perguntou se o vereador Milton Roman tinha mais alguma ponderação a ser feita e ele respondeu que naquele momento não tinha. O presidente da Câmara, Sr. Odair José, disse que todos os questionamentos seriam respondidos de forma transparente e democrática, como o próprio vereador havia solicitado, respeitando o povo de Barbacena, o Secretário, os profissionais da saúde e as pessoas interessadas. Solicitou o respeito com todos, ressaltando que se tratava de um assunto sério da saúde. Disse que a Câmara municipal de Barbacena tem se pautado na transparência, na publicidade. Citou o regimento da Casa que diz que o vereador existe para representar o cidadão e deu prosseguimento da apresentação de prestação de contas passando a palavra para o Secretário de Saúde. Dr. Orleans iniciou falando que na 8ª Conferência Municipal de Saúde a promotora quis obstruir, mas que foi comprovado que estava correto. Disse que era claro que o vereador não estava colocando em questão sua lisura porque se o fizesse, ele lhe processava criminalmente. Disse que é um homem sério e faz gestão com seriedade; que tudo que faz é com muita seriedade e honestidade. Disse que é obrigado a prestar contas do que está fazendo a cada quatro meses no legislativo e no Conselho, que não tem obrigação de mandar por antecedência para ninguém e enviou porque pediram. Ressaltou que tem obrigação só de prestar contas. Disse que a lei é clara e que ele a estava cumprindo. Ressaltou que é na Casa Legislativa que ele tem que apresentar e também onde o Conselho tem que aprovar. Informou que a pesquisa do Primeiro Quilombo foi uma pesquisa decidida em Conferência Municipal de Saúde em 2013. Ressaltou que a Conferência Municipal de Saúde que decidiu fazer uma pesquisa com o Primeiro Quilombo, e não ele quem escolheu. Disse que o custo é de uma pesquisa normal. Explicou que Demanda zero significa que não tem demanda. Ressaltou que uma coisa é achar que tem e outra é ver o sistema do relatório. Disse que estava prestando contas e que sua obrigação era estar ali naquele dia. Ressaltou que se o vereador não achasse que deveria ser daquela forma, que poderia fiscalizar como é direito do Legislativo; que fosse montada uma auditoria e pesquisasse, pois não haveria nenhum problema. Sobre a prestação de contas ser pública, Dr. Orleans disse que cumpri como manda a Lei e que a lei é clara. Ressaltou que a Lei não diz sobre os vereadores aprovarem; diz para fazer a prestação de contas no Legislativo. Falou que conhecia muito bem a Lei; que se o vereador achava que teria que fazer, que fizesse, era um direito dele. Ressaltou que misturar as coisas e colocar em suspeição a sua fala, era ultrapassar os limites e ele não iria aceitar. Disse que achava que o Conselho de Saúde deveria falar porque ele foi citado e o Conselho tem um presidente. Questionou quantos secretários de saúde foram lá prestar contas antes dele e afirmou que nenhum foi, e ressaltou que nas prestações de contas anteriores não tinha quorum. O presidente da Câmara passou a palavra para o vereador Milton Roman que

disse que em momento nenhum havia desrespeitado o secretário em sua fala; que em momento nenhum o tchou de ser corrupto. Falou que o que não poderia acontecer era o famoso relato: "vem, explica, todo mundo aprova e acabou". Indagou se ninguém podia questionar e nem falar nada. Falou que havia recebido o material na noite anterior e não tinha tido tempo. Lembrou da época em que era do Conselho de Saúde e como as contas eram prestadas. Disse que iria questionar sim. Falou que aquela era a casa dos vereadores, que a estava defendendo e que questionamento é normal. Em seguida, o presidente da Câmara passou a palavra para a presidente do Conselho de Saúde Carmen Werneck. Ela informou que para os todos os projetos e para tudo o que é feito no Conselho de Saúde, existe uma comissão. Disse que existe uma comissão para fiscalizar as prestações de contas de cada hospital e é formada por conselheiros de diferentes segmentos. Falou que todos os projetos são aprovados e acompanhados pelo Conselho. Informou que tudo o que é aprovado no Conselho vira Resolução e é assinada pelo Presidente do Conselho, pelo Secretário de Saúde, homologada pelo Prefeito Municipal e publicada no Diário Oficial do Município. Informou que as atas também passarão a ser publicadas. Informou que a prestação de contas no legislativo acontece para os vereadores tomarem conhecimento do trabalho realizado pelo Conselho, que é um trabalho sério e com acompanhamento. Disse que além de questionar cada coisa, ainda ajudam a solucionar os problemas, levando propostas. Afirmou que não são irresponsáveis e que já foram acusados disso por pessoas da cidade. Informou que o Ministério Público chamou todo o Conselho falando que eles eram "vaquinha de presépio". Informou que o Conselho se reúne todas as primeiras e terceiras segundas-feiras do mês às 18h30 no auditório do prédio onde funcionava a antiga AGIR, na Praça Conde de Prados. Disse que as prestações de contas são feitas nas reuniões, que são abertas, e os vereadores podem ir. Informou que possuem a equipe de prestação de Contas, que fazem todos os processos e acompanham tudo, e que, por isso, o Conselho estava em condições de aprovar a prestação de contas naquele momento. Disse que, se os vereadores não deixassem que o Conselho aprovasse a Contas ali, o Conselho iria enviar um documento ao Ministério da Saúde falando que foram impedidos de fazer a prestação de contas na Câmara Municipal de Barbacena porque os vereadores não aceitam. Disse que iriam cumprir uma determinação legal. Falou que, se os vereadores achavam que não poderiam prestar contas na Câmara Municipal, que o Conselho não tinha competência para aquilo, que fosse feito por escrito, para o Conselho encaminhar ao Ministério informando que foram impedidos de cumprir a legislação porque a Câmara não aceita que a prestação de contas do Conselho seja feita na Câmara Legislativa de Barbacena. Disse que iria colocar em votação, e ressaltou que quem iria votar eram os Conselheiros de Saúde que estavam presentes ali desde as 17 horas. Ressaltou ainda que não era funcionária da Saúde, e que tinham várias pessoas ali que não eram. Disse que não recebem para estarem ali e que estão porque defendem a Saúde Pública, e querem respeito também. Disse que, se a partir daquele dia a Câmara não aceitava que a prestação de contas fosse feita na Câmara Legislativa, que fizessem por escrito para o Conselho encaminhar ao Ministério, porque o Conselho é auditado, tem que encaminhar ao Ministério e fazer a prestação de contas na Câmara com as assinaturas das pessoas que estão presentes. O presidente da Câmara Municipal disse que cumprem rigorosamente o que reza a lei. Disse que era uma apresentação de prestação de contas para aprovação de responsabilidade do Conselho Municipal de Saúde; que em momento algum iriam impedir a votação do Conselho naquela Casa; que foram feitos questionamentos, algumas ponderações e que também estavam num Estado Democrático de Direito, direito a fazerem alguns questionamentos. Disse que também teriam que compreender que, à luz da razão, existem pontos, que cada um que estava ali estava trabalhando com a vida de muita gente; que



# BARBACENA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE BARBACENA - e-DOB



BARBACENA, SEXTA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 2017

estavam ali para defender os interesses dos que estavam lá fora, que estavam ali como cidadãos, como pessoas civilizadas e educadas. Disse que era com aquele pensamento que iriam até o final cumprir a determinação. Falou que a Câmara Municipal sempre vai estar de braços abertos para qualquer secretaria e qualquer segmento da sociedade e solicitou que constasse em ata seu pronunciamento. Em seguida, passou a palavra para o vereador Flávio Maluf que disse que não queria estar na pele do Secretário de Saúde, que tem feito milagres. Falou que o cidadão é o grande objetivo deles. Que têm que buscar informações antes da Prestação de contas e darem sugestões para tentarem contribuir com o avanço do município. Lembrou de várias discussões que ocorreram quando o IMAIP estava para fechar. Ressaltou que Dr. Orleans faz a diferença e que têm que dar as mãos e remarem no mesmo sentido. Informou que todas as informações estão no DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. Fez algumas considerações e ressaltou que o Secretário de Saúde fabricou soluções para a saúde e que se ele não tivesse corrido atrás, o caos estaria instalado em Barbacena. Falou sobre o "peso" que há em cima dos Vereadores e sugeriu que passassem a visitar os hospitais para saber como eram, como estão e em quais tragédias estariam os hospitais em Barbacena. Em seguida, o Presidente da Câmara passou a palavra para o vereador Édson Resende. Ele falou que aquela era uma importante discussão, que era uma discussão da vida. Falou sobre os exames complementares e disse que talvez a saída seja o Prontuário Eletrônico para que não façam exames em vão. Citou os exames que os resultados também não são buscados. Sugeriu que se faça uma pesquisa de quais são as doenças de inverno e de verão e façam uma prevenção. Falou que o CEREST pode melhorar muito. Questionou sobre o Consultório de Rua, o custo da Sala Vermelha e sobre a fila para os exames complementares estarem zeradas. Sugeriu que a Câmara começasse um processo que fosse encaminhado ao Ministério da Saúde sobre os pacientes que ficam na Sala Vermelha. Dr. Orleans agradeceu as palavras dos vereadores Flávio Maluf e Édson Resende e disse que os desafios são o que o mantém em Barbacena. Disse que o Prontuário Eletrônico vai resolver e favorecer a população. Falou sobre as campanhas na prevenção de doenças onde o rádio é um grande veículo. Ressaltou que a prestação de serviço não é boa em todo o país; que estão mudando a gestão do CEREST, que é microrregional; que é objetivo fazer uma abordagem mais ampla no Consultório de Rua; que acha que o horário da Casa de Passagem tem que ser mais flexível. Falou que a fila é o que chega e, às vezes, há 30% de absenteísmo de consulta. Ressaltou que os dados estão todos no DataSUS. Disse que não aceita fechar serviço, fechar leito. Falou que estava mostrando os dados que o Conselho Municipal de Saúde já tinha visto. Disse que o PAS 2017 foi aprovado em 2016; que a Conferência Municipal de Saúde vale até 2017. Informou que o Estado e o Ministério da Saúde fizeram elogios quando fizeram auditoria na Secretaria de Saúde. Destacou que não há segredo no dinheiro da saúde. Disse que tem que se respeitar quem tem história e que história se constrói com trabalho. Disse que os vereadores podem constituir uma equipe e ir à Secretaria verificar, que ela está aberta para fiscalização. O Presidente da Câmara falou sobre o problema da falta de material e que informaram que será sanado dentro de poucos dias. Dr. Orleans disse que a empresa de licitação quebrou. Disse que teria que ter uma lei de licitação num processo mais ágil, que a máquina pública precisa ser mais ágil. Carmen falou sobre a Conferência Municipal de Saúde da Mulher onde foi feita a recomposição do Conselho da Mulher. Convidou todos os presentes para a 1ª Conferência Municipal de Vigilância em Saúde e 10ª Conferência Municipal de Saúde ressaltando que irão construir o Plano Plurianual sobre o financeiro e decidirão onde investir o recurso, que virá em dois blocos, na cidade. Em seguida, colocou em votação e FOI APROVADO POR UNANIMIDADE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2017.

Nada mais havendo a tratar, a presidente agradeceu a presença de todos. Eu, Simone Silveira Discacciati, Agente Administrativo do CMS, redigi a presente ata. Barbacena, 11 de julho de dois mil e dezessete.

ATA nº 520 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARBACENA - 03/07/2017 - Ata número quinhentos e vinte do Conselho Municipal de Saúde de Barbacena. Ao terceiro dia do mês de julho de dois mil e dezessete, no auditório do prédio onde funciona a sede do Conselho Municipal de Saúde, situado na Praça Conde de Prados s/n, centro, teve início a Reunião ORDINÁRIA do Conselho Municipal de Saúde de Barbacena. Às dezenove horas Carmen declarou aberta a sessão que contou com a presença dos conselheiros conforme consta no livro próprio de assinaturas das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho. Foi lida e votada a ATA NÚMERO QUINHENTOS E DEZENOVE E APROVADA POR ONZE VOTOS A FAVOR E TRÊS ABSTENÇÕES. JUSTIFICARAM AUSÊNCIA SUZANA MARIA COSTA FIUZA, WILLENA BRAGA D'APPARECIDA, ELAYNE MUNIZ DA SILVA, VALMIR DIAS E HENDRIWS ROSBERG PEDROZA CIMINO. Carmen iniciou falando sobre as licitações do Conselho e a questão das solicitações do Conselho que não estão sendo atendidas como, por exemplo, o material permanente, solicitado desde abril de 2016 e o lanche, que este ano ainda não foi liberado para nenhuma reunião. Disse que foi aprovado pelo Conselho, no Plano Anual de Saúde, a previsão de receita e despesa por fonte. Disse que em 2015 para o PAS de 2016, foi pedido uma receita de R\$75.812,00 (setenta e cinco mil e oitocentos e doze reais) porque tinha a 9ª Conferência. Falou que no PAS vem tudo discriminado com o que se gasta, como as despesas com o funcionário para o Conselho funcionar, a questão do material, tudo está previsto. Disse que em 2016, como não haveria a Conferência, o Conselho diminuiu a receita porque pensaram que o Data Show, a impressora, o notebook e o HD Externo já teriam sido comprados. Informou que baixaram a receita de R\$75.812,00 para R\$67.912,00. O Conselho enxugou a receita. Disse que o que o Conselho pede é material de consumo, equipamento permanente, vencimento do profissional, diária, porque na outra Conferência todos os outros municípios receberam diária e os de Barbacena não. Disse que está previsto na lei. Waldir sugeriu que suspendam as reuniões até que os problemas sejam resolvidos. Carmen falou que a Lei 8112 diz que a prefeitura tem que garantir o funcionamento e o lanche do Conselho. Informou que falaram que vão cortar o lanche do Conselho porque algumas pessoas levam lanche para casa, que sobra lanche e ressaltou que não estão pedindo lanche para sobrar, só estão pedindo lanche. Explicou como foi o acordo do lanche tipo I com a padaria, que era de melhor qualidade e com menos quantidade, porém com o mesmo valor. Waldir ressaltou a importância do lanche devido aos conselheiros saírem do trabalho e irem direto para a reunião. Carmen disse que concordava com a fala de Waldir. Ressaltou que isso sempre foi respeitado e que seria preciso que o Conselho tomasse uma posição. Sr. Vanderley disse que o Conselho já vem sendo desrespeitado pelo poder público. Disse que os conselheiros de saúde são voluntários e que doam o seu tempo para estar nas reuniões. Disse que o Conselho tem que ser respeitado, que não podem votar mais nada. Waldir disse que a prefeitura não está dando suporte para o Conselho Municipal de Saúde funcionar. Carmen informou que a Conferência de Vigilância em Saúde e Conferência Municipal de Saúde que seria dia 30 de julho, foi adiada, a pedido da gestão, para que se pudesse conseguir recurso, para que se pudesse fazê-la direito. Foi informada que não vai haver café, nem almoço, nada. Só o material impresso. Disse que não tem a mínima condição dos delegados permanecerem durante todo o dia na Conferência. Waldir disse que eles precisam da aprovação do Conselho. Sr. Vanderley falou que o mandato do Célio Mazzoni foi resolvido direto com o prefeito e que teriam que repetir aquilo e fazer valer. Nilza disse que deveriam ter uma alternativa antes de parar, que deveriam ir ao Ministério Público. Márcio disse que deve-

riam parar com tudo e começar a pressionar para implantarem o que já foi aprovado no Conselho, e deu como exemplo o Elevador. Carmen disse para votarem e, no dia seguinte, irem ao Planejamento e estipulem uma data. Waldir disse que o Conselho faz um trabalho voluntário e precisa ser respeitado. Sr. Vanderley disse que era preciso passar a limpo tudo o que já foi aprovado e não foi feito. Colocado em votação, FOI APROVADO POR NOVE VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E DUAS ABSTENÇÕES QUE O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE NÃO VOTE MAIS NENHUMA MATÉRIA ATÉ QUE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBACENA DÊ SUPORTE PARA O SEU FUNCIONAMENTO. Foi questionado se iriam prosseguir com a reunião e permitir que as apresentações das pautas fossem realizadas. Colocado em votação, FOI APROVADO POR NOVE VOTOS A FAVOR, DOIS VOTOS CONTRA QUE SEJAM APRESENTADOS OS PONTOS DE PAUTA DA REUNIÃO. Carmen disse que se der tudo certo, terá a 1ª Conferência Municipal de Vigilância em Saúde e 10ª Conferência Municipal de Saúde, senão não haverá. Em seguida, informou que ocorrerá o Concerto da Sala de Música Conservatório "Municipal Heitor Villa Lobos" dia 13 de julho 20h. Falou que foi realizado o Curso em Educação Ambiental Humanitária em Bem-Estar Animal pela Professora Elizabeth MacGrecor no dia 27 de junho do IFSudeste/MG, uma iniciativa da Secretaria Municipal de Saúde, do IVERT e do IFSudeste/MG onde foram capacitados agentes de endemias, agentes de saúde, Conselheiros de Saúde, professores, advogados e público em geral. Em seguida, passou a palavra para Flávia Denise Barbosa Vasques, Coordenadora da Saúde Mental, iniciar o ponto de pauta da reunião. Ela disse que veio pedir autorização para gastar um recurso. Informou que em 2015 houve o fechamento dos leitos SUS da Clínica Mantiqueira e que o Estado e o Ministério da Saúde se comprometeram em mandar recursos: quinhentos mil reais do Estado e duzentos mil reais do Ministério da Saúde. Disse que no entendimento dela, os duzentos mil gastos eram do Ministério da Saúde. Porém, foi constatado que o recurso gasto foi do Estado, para a compra de equipamento. Ressaltou que, pelo Estado, não precisam de autorização do Conselho Municipal de Saúde. Informou que o uso do recurso do Ministério da Saúde é mais flexível. Falou que Polyana do Fundo Municipal de Saúde esclareceu que o recurso foi do Estado. Disse que veio à reunião do Conselho para se justificar e se desculpar. Em seguida, Carmen passou a palavra para Sr. José Francisco, usuário do CAPS. Ele disse que deseja que a cidade seja bem respeitada porque usuários de outras cidades vêm ser tratados no CAPS. Disse que já foi internado em outros hospitais e o CAPS é muito bom, porém há falta de açúcar, remédio e café. Disse que há muita burocracia, que a prefeitura é ruim para pagar e está devendo a padaria. Falou que o tratamento já melhorou, mas deixam muito a desejar. Disse que depende do CAPS e gostaria que melhorasse. Trouxe um abaixo assinado pelos usuários para ser dirigido ao Prefeito. Disse que falta espaço para fazerem as oficinas na parte externa porque está com o material das obras. Só há um banheiro, falta água e o muro dos fundos está aberto. Informou que angariaram donativos e arrumaram o buraco que havia na frente. Solicitou um parecer sobre essa situação. Em seguida, entregou à presidente do Conselho de Saúde o abaixo assinado para ser encaminhado ao Prefeito Municipal. Carmen disse que todos pagam os impostos e é para a saúde funcionar de uma maneira digna. Disse que o conselho irá fazer de tudo para que todos possam ser bem atendidos no CAPS, tanto usuários quanto os funcionários. Sr. Francisco disse que conseguiram um rapaz para pintar as grades e que têm saldo dos donativos para fazer coisas que a Prefeitura deveria fazer. Disse que a grade da frente está pintada e que ganharam cimento e cascalho. Efigênia parabenizou a equipe do Sr. Francisco. Regina, psicóloga do CAPS, disse que trabalho no CAPS é cidadania, responsabilidade, participação. Disse que trabalham com os pacientes para não ficarem pedindo dinheiro porque têm verba para isso, que trabalham neste aspecto. A conselheira local Wanilda disse que



# BARBACENA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE BARBACENA - e-DOB



**BARBACENA, SEXTA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 2017**

as obras não estão sendo feitas pela prefeitura e pelos vereadores da cidade. Carmen disse que tem muitas UBS com o mesmo problema do CAPS. Sr. Vanderley disse que era importante que o Conselho montasse uma comissão que passasse a fiscalizar aqueles lugares para reforçar o pedido que estava sendo feito. Na sequência, Carmen passou a palavra para Prisciliani falar sobre o novo programa Saúde na Escola, e informou que a apresentação seria enviada por e-mail para todos os conselheiros. Prisciliani disse que procurou pactuar uma escola por equipe, a escola mais próxima da Unidade Básica de Saúde. Disse que será uma parcela única de cinco mil reais e que este valor é pouco. Informou que terão que cumprir doze metas, pois o repasse está atrelado ao cumprimento dessas ações. O programa diz que: Os Ministérios da Saúde e da Educação elegeram doze temas prioritários: 1. Atualização vacinal dos estudantes; profissionais de saúde vão às escolas; 2. Alimentação saudável e prevenção da obesidade infantil; 3. (AÇÃO OBRIGATORIA) Ações de Combate ao Mosquito Aedes Aegypti; 4. Avaliação de Saúde bucal e aplicação tópica de flúor; 5. Saúde ocular e identificação de possíveis sinais de alteração; 6. Avaliação da saúde auditiva e identificação de possíveis sinais de alteração; 7. Prevenção das violências e dos acidentes. 8. Identificação de sinais de agravos de doenças em eliminação; 9. Prevenção ao uso de álcool, tabaco, crack e outras drogas; 10. Realização de práticas corporais, da atividade física e do lazer; 11. Promoção da cultura de paz, cidadania e direitos Humanos (será realizada junto com o Setembro Amarelo); 12. Prevenção de DST/AIDS e orientação sobre direito sexual e reprodutivo. Gestores registrarão mensalmente ações no Sistema de Atenção Básica; a Adesão e o acompanhamento serão de acordo com a realidade local e Inserção de dados em um único sistema (E-SUS) permitirá agilidade e qualificação da informação para o monitoramento das ações pelo Ministério da Saúde e pelas equipes de saúde. Será incluído o CARTÃO SUS entre os estudantes, dando acesso ao prontuário eletrônico e sendo possível registrar e acompanhar os estudantes e as ações do projeto Saú-

de na Escola. O que muda na nova portaria: na Portaria anterior o Incentivo federal mínimo era de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para envolver até 599 (quinhentos e noventa e nove) estudantes; passou para R\$ 5.676,00 (cinco mil, seiscentos e setenta e seis reais) para envolver até 600 estudantes; o repasse era feito em duas parcelas e passou para Repasse único; o ciclo de adesão com duração de 1 ano passou para 2 anos, com monitoramento das ações; a adesão não envolvia todos os alunos da escola passou a atuar com todos os alunos; as ações eram divididas por blocos (promoção e saúde), com pouca flexibilidade para planejamento local passou para um Conjunto de 12 ações que poderão ser desenvolvidas conforme o planejamento e realidade local; Havia dois sistemas para registro das ações: Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica - SISAB (MS) e Sistema de Informação local passou para o SIMEC (MEC), passou para um Registro unificado no SISAB. Prisciliani informou que as ações não são obrigatórias, apenas a ação 3, e que irão escolher com quais irão se envolver. Disse que vídeos já estão disponíveis no Portal da Saúde: [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br). Informou que a gestão designou um Grupo de Trabalho Intersetorial - GTNI. Disse que irão fazer banners e folders com o recurso. Nilza questionou para onde será encaminhada a criança se for identificado algum sinal de alteração. Dra. Fátima sugeriu que fossem feitas ações nas escolas como teatro e não com papel e folders. Prisciliani disse que o programa Saúde na Escola faz atividades didáticas. Carmen disse que em sua época de criança, o oculista e o dentista iam até a escola e faziam um teste rápido nas crianças. Prisciliani disse que isso já é desenvolvido no programa "Brasil Sorridente". Carmen sugeriu que como o recurso é pouco, seria bom fazerem parcerias como, por exemplo, com o PROENG. Citou também o NASF que poderia ir uma vez por mês nas escolas. Falou que em São Paulo há a alimentação saudável e nas segundas-feiras é o dia vegetariano. Márcio falou que deveria transformar o programa Saúde na Escola em Política Pública, já que ainda não foram votados nem o Plano Plurianual de ações do governo - PPAG nem a

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. Questionou se a alimentação é saudável mesmo já que o nível de agrotóxico continua elevado no município. Carmen falou que esse programa é bem antigo e vai de encontro com a Atenção Básica. Sr. Vanderley solicitou que a próxima pauta seja a apresentação dos Conselhos Locais. Carmen fez alguns esclarecimentos sobre a 1ª Conferência Estadual de Saúde da Mulher que ocorrerá nos dias 10, 11 e 12 de julho no Minascentro em Belo Horizonte e que o credenciamento acontecerá a partir do meio dia. Disse que os trabalhos estavam suspensos até que as reivindicações feitas pelo Conselho fosse atendidas.. SUGESTÃO DE PAUTA PARA A PRÓXIMA REUNIÃO: APRESENTAÇÃO CONSELHOS LOCAIS. Nada mais havendo a tratar, a presidente agradeceu a presença de todos. Eu, Simone Silveira Discacciati, Agente Administrativo do CMS, redigi a presente ata. Barbacena, 13 de julho de dois mil e dezessete.

## EXTRATO DE RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº. 485 de 03 de julho de 2017 – ATA Nº. 520. O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em Reunião Ordinária nº 520, realizada em 03 de julho de 2017, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8.142 de 28/12/1990, pela Lei Municipal nº 4518 de 27/11/2013 e pela Resolução nº 453 do CNS de 10/05/12. Considerando os debates ocorridos no Conselho Municipal de Saúde em reunião realizada no dia 03/07/17 conforme lavrado em ata nº. 520. RESOLVE: APROVADO POR MAIORIA QUE O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE NÃO VOTE MAIS NENHUMA MATÉRIA ATÉ QUE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBACENA DÊ SUPORTE PARA O SEU FUNCIONAMENTO. Barbacena, 17 de outubro de 2017. Carmen Lúcia Werneck - Presidente do CMS. Homologo a Resolução nº. 485/17 do Conselho Municipal de Saúde, nos termos do art.1º §2º da Lei Federal nº. 8142 /90 e do art. 12 da Lei Municipal nº. 3695/02 e Lei Municipal nº 4518 de 27/11/2013. José Orleans da Costa - Secretário de Saúde - SESAPS.